

ATA DA 16.^a REUNIÃO ORDINÁ
RIA DO CONSELHO NACIONAL
DO MEIO AMBIENTE - CONAMA.

001 Aos dezesseis dias do mês de março do ano de hum
002 mil novecentos e oitenta e oito, no auditório do Ministério
003 da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, na W/3 Norte, Quadra
004 505, Bloco "B" Térreo, em Brasília-DF, foi realizada a 16.^a
005 Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente -
006 CONAMA, com a presença dos seguintes Conselheiros: Doutor RO
007 BERTO MESSIAS FRANCO, Secretário Especial do Meio Ambiente e
008 Secretário-Executivo do CONAMA; Eng.^o JOSEMÁ DE AZEVEDO, Con
009 selheiro Suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sa
010 nitária - ABES; Dr. ROBERTO RIBAS LANGE, Conselheiro Suplen
011 te da Associação de Defesa e Educação Ambiental - ADEA, Re
012 presentante da Região Sul; Dr. CELSO ANTÔNIO PETRILLO, Con
013 selheiro Titular da Assembléia Permanente de Entidades de De
014 fesa do Meio Ambiente - APEDEMA, Representante da Região Su
015 deste; Dr. JOSÉ ALFINITO, Conselheiro Suplente da Sociedade
016 de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazô
017 nia - SOPREN, Representante da Região Norte; Dr. LUIZ DA COS
018 TA RONDON NETO, Conselheiro Suplente da Sociedade de Defesa
019 do Pantanal - SODEPAN, Representante da Região Centro-Oeste;
020 Dra. FERNANDA COLAGROSSI, Conselheira Titular da Associação
021 Amigos de Petrópolis, Patrimônio, Proteção dos Animais e De
022 fesa da Ecologia - APANDE; Dr. WANDERBILT DUARTE DE BARROS,
023 Conselheiro Titular da Fundação Brasileira para a Conserva
024 ção da Natureza - FBCN; Dr. JOSÉ VIEIRA DO NASCIMENTO, Conse
025 lheiro Suplente da Confederação Nacional da Indústria; Dr.
026 ANTÔNIO ALVES DE ALMEIDA, Conselheiro Titular da Confedera
027 ção Nacional dos Trabalhadores no Comércio; Dr. OLYNTHO CÂN
028 DIDO DE OLIVEIRA; Conselheiro Suplente da Confederação Nacio
029 nal dos Trabalhadores na Indústria; Dr. EDILSON SIMÕES CADA
030 XO SOBRINHO, Representante Titular do Governo do Estado do
031 Acre; Dr. PAULO ROBERTO DE MORAES REGO FIGUEIREDO, Represen
032 tante Titular do Governo do Estado do Amazonas; Dr. JOVINIA
033 NO SOARES DE CARVALHO NETO, Representante Suplente do Gover
034 no do Estado da Bahia; Dr. ANTONIO RENATO LIMA ARAGÃO, Repre

035 sentante suplente do Governo do Estado do Ceará; Dr. PAULO NO
036 GUEIRA NETO, Representante Titular do Governo do Distrito Fe
037 deral; Dr. LUIZ FERRAZ MOULIN e Dr. ALMIR PRESSAN JÚNIOR, Re
038 presentantes Titular e Suplente respectivamente do Governo do
039 Estado do Espírito Santo; Dr. HARLEN INÁCIO DOS SANTOS, Repr
040 sentante Suplente do Governo do Estado de Goiás; Dr. MÁRIO
041 FERNANDO F. BEZERRIL, Representante Suplente do Governo do Es
042 tado do Maranhão; Dr. PAULO DOS SANTOS LEITE, Representante Su
043 plente do Governo do Estado do Mato Grosso; Dr. HARRY AMORIM
044 COSTA, Representante Titular do Governo do Estado do Mato Gros
045 so do Sul; Dr. RONALDO LUIZ DE MALLARD, Representante Suplen
046 te do Governo do Estado de Minas Gerais; Dr. AMILCAR ALVES TU
047 PIASSU, Representante Titular do Governo do Estado do Pará;
048 Dr. EDMILSON FONSECA, Representante Titular do Governo do Es
049 tado da Paraíba; Dr. MAURO SÉRGIO TRAUZINSKI ROCHA, Represen
050 tante Suplente do Governo do Estado do Paraná; Dr. LUIZ CARLOS DA COS
051 TA MENEZES, Representante Suplente do Governo do Estado de Pernambuco;
052 Dr. CARLOS HENRIQUE ABREU MENDES e Dr. CARLOS ALBERTO VIEIRA
053 MUNIZ, Representantes Titular e Suplente respectivamente do
054 Governo do Estado do Espírito Santo; Dr. LINDOLFO NETO DE OLI
055 VEIRA SALES, Representando o Governo do Estado do Rio Grande
056 do Norte; Dr. CLÁUDIO DILDA, Representante Suplente do Gover
057 no do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. FRANCISCO DE ASSIS
058 ARAÚJO, Representante Titular do Governo do Estado de Rondô
059 nia; Dr. IVAN MAGLIO, Representante Suplente do Governo do Es
060 tado de São Paulo; Dr. ZILTON FONSECA RODRIGUES, Representan
061 te Titular do Governo do Estado de Sergipe; Dr. ANTONIO JOSÉ COSTA DE
062 FREITAS GUIMARÃES e Dr. JOSÉ CARLOS CARVALHO, Representantes
063 Titular e Suplente respectivamente do Instituto Brasileiro de
064 Desenvolvimento Florestal, do Ministério da Agricultura; Dr.
065 HÉLIO TEIXEIRA ALVES, Representante Suplente da Secretaria de
066 Defesa Agropecuária - SNAD, do Ministério da Agricultura; Dr.
067 AÉCIO MOURA DA SILVA, Representante Titular da Superintendên
068 cia do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE; do Ministério da
069 Agricultura; Dr. CELSO ALVES DA CRUZ, Representante Suplente
070 da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, do Ministério
071 da Ciência e Tecnologia; Dr. CARLOS ALBERTO RIBEIRO XAVIER, Re
072 presentante Suplente da Secretaria-Geral do Ministério da Cul
073 tura; Dr. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA, Representante Suplen

074 te da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacio
075 nal - SPHAN, do Ministério da Cultura; Dr. JOSÉ ARIEL DE CAS
076 TRO, Representante Titular do Conselho Nacional de Desenvolvi
077 mento Urbano - CNDU; Dr. MIGUEL DE LIMA BOHOMOLETZ, Represen
078 tante Suplente do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI,
079 do Ministério da Indústria e Comércio; Dr. REINALDO FERNANDES
080 DANNA, Representante Suplente da Secretaria de Tecnologia In
081 dustrial - STI, do Ministério da Indústria e Comércio; Dr. FÁ
082 BIO DE FREITAS, Representante Suplente da Empresa Brasileira
083 de Turismo - EMBRATUR, do Ministério da Indústria e do Comér
084 cio; Dra. LIÚBA FRANZILBER GUTMAN, Representante Suplente
085 do Ministério do Interior; Dr. EDILSON CASTRO ESMITH, Repre
086 sentante Suplente do Departamento Nacional de Obras e Sanea
087 mento - DNOS, do Ministério da Irrigação; Dr. ROBERTO SALVA
088 DOR SCARENGELLA, Representante titular do Conselho Nacional de Tran
089 de Trânsito - CONTRAN, do Ministério da Justiça; Capitão de Mar e Guerra LU
090 CIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA, Representante Suplente do Ministério da
091 Marinha; Dr. GOKI TSUZUKI, Representante Suplente do Departam
092 ento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, do Minis
093 tério das Minas e Energia; Dr. SADI COUTINHO FILHO, Represen
094 tante Suplente da Fundação Serviços de Saúde Pública, do Mi
095 nistério da Saúde; Dr. MARCOS ANTÔNIO BORBA, Representante Su
096 plente da Secretaria Nacional de Ecologia Humana e Saúde Ambi
097 ental, do Ministério da Saúde; Dr. JOSÉ LUIZ COSTA RIANI, Re
098 presentante Titular da Secretaria de Segurança e Medicina do
099 Trabalho, do Ministério do Trabalho; Dr. DAGOBERTO KOENTOPP,
100 Representante Suplente da Secretaria de Planejamento da Pre
101 sidência da República. Também presentes na Reunião os Senhores: Dr.
102 JOSÉ LUIZ DE SANTANA CARVALHO, Secretário-Geral do MHU; Depu
103 tado FÁBIO FELDMAN, Dr. JOSÉ MARCOS GODOY, Representando o
104 Conselho Nacional de Energia Nuclear; Dr. JOAQUIM CARLOS FREI
105 RE, Representando a Secretaria Geral do Conselho de Segurança
106 Nacional; Dr. NEWTON GOULART, Representando a Secretaria de
107 Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio;
108 Dr. MARCELO LEONARDO DA S. VASCONCELOS, Representando o Minis
109 tério das Relações Exteriores; Dr. LINDOLFO NETO DE OLIVEIRA
110 SALES, da Coordenadoria do Meio Ambiente do Estado do Ric
111 Grande do Norte; Dr. MARCELO DRUGG BARRETO VIANNA, Represen
112 tando o Conselho Nacional da Indústria e Dr. LUIZ SEUFITELI
113 DUTRA, Representando a Confederação Nacional dos Trabalhado

114 res no Comércio. O Dr. Roberto Messias Franco, na Presidên
115 cia desta Sessão, cumprimentou a todos, fez a verificação de
116 "Quorum" e declarou aberta a 16ª Reunião do CONAMA. A se
117 guir, passou a palavra ao Secretário Geral do Ministério da
118 Habitação Urbanismo e Meio Ambiente, Dr. José Luiz de Santa
119 na Carvalho, que justificou a ausência do Presidente do
120 CONAMA, Ministro Luiz Humberto Prisco Vianna, em função de
121 outros compromissos assumidos anteriormente. Retomando a pa
122 lavra o Presidente submeteu ao Plenário a ata da reunião an
123 terior que foi aprovada com as seguintes modificações: na
124 página 13, linha 268; onde se lê "...possíveis de serem be
125 neficiados..." leia-se "...passíveis de serem beneficiados".
126 O Conselheiro Celso Antônio Petrillo solicitou que se regis
127 trasse na ata, logo após a palavra "complementares" na pági
128 na 11, linha 207, o pronunciamento que fizera, onde mencio
129 nou que se a CNEN tivesse uma fiscalização efetiva princi
130 palmente quanto a frequência sobre os pontos de radioativi
131 dade do país, esse acidente poderia ter sido evitado. O Con
132 selheiro no seu segundo comentário deu ênfase a falta de
133 preparo dos Técnicos da CNEN onde os mesmos usavam vestes
134 desapropriadas, responsabilizando a CNEN por omissão e impe
135 rícia no acidente de Goiânia. O Conselheiro Roberto Ribas
136 Lange, Representante da ADEA, informou que houve por parte
137 da Secretaria um lapso ao apresentar matéria constante a pá
138 gina 15, linhas 334 a 338 que havia sido retirada da pauta
139 da Reunião anterior para ser reapresentada nesta Reunião.
140 Solicitou ainda que a matéria fosse incluída na pauta da
141 17ª Reunião. Não mais havendo conselheiros inscritos para
142 se pronunciarem sobre esse item o Presidente submeteu a vo
143 tação do Plenário a Ata que foi aprovada com as emendas pro
144 postas. A seguir, o Secretário-Executivo fez um pronuncia
145 mento sobre as ações desenvolvidas pela Secretaria Especial
146 do Meio Ambiente - SEMA, destacando as publicações da legis
147 lação Básica do CONAMA que está em fase final e o Plano de
148 Ação Programática da SEMA. Informou ainda sobre a criação
149 de duas Secretarias de Estado do Meio Ambiente, uma no Esta
150 do do Espírito Santo e a outra no Estado de Mato Grosso, cu
151 jos titulares são os Drs. Luiz Ferraz Moulin e Valter Fer

152 nandes Fidelis respectivamente. Passando ao ítem 04 da Pauta que trata
153 da Ordem do Dia o Presidente convidou o Dr. Antônio José Cos
154 ta de Freitas Guimarães, Presidente do IBDF para fazer uma
155 explanação sobre a Política Florestal Brasileira conforme
156 previsto no ítem 4.1 desta pauta. O Conselheiro Roberto Ri
157 bas Lange levantou uma questão de ordem para solicitar que
158 fosse concedida a Palavra ao Deputado Fábio Feldmam para fa
159 zer um breve relato sobre os trabalhos da Constituinte no
160 que tange à questão Ambiental. O Presidente do Instituto
161 Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, cedeu à palavra ao
162 Deputado que destacou em seu pronunciamento a derrota dos
163 projetos na Assembléia Nacional Constituinte. A primeira de
164 las, foi a suspensão do dispositivo, que dizia que o exer
165 cício do direito de propriedade está subordinado ao bem es
166 tar da coletividade, proteção do meio ambiente e conserva
167 ção dos recursos naturais. A segunda referia-se a proibição
168 da importação, transporte e armazenamento de artefatos bé
169 licos nucleares no Território Brasileiro. Finalizando o seu
170 pronunciamento, o Deputado fez um apelo, no sentido de que
171 cada Conselheiro procurasse dentro das bancadas de seu Es
172 tado de todos os partidos, um compromisso de comparecerem no
173 dia da votação. A seguir o Presidente do Instituto Brasi
174 leiro de Desenvolvimento Florestal, Dr. Antônio José de
175 Freitas Guimarães, O Secretário Geral do IBDF, Dr. José Car
176 los de Carvalho e o Diretor de Parques Nacionais e Reser
177 vas Equivalentes, Dr. Luciano Pizzato, fizeram uma explanação
178 sobre Política Florestal Brasileira destacando em linhas ge
179 rais o Plano Nacional de Desenvolvimento e de Conservação
180 da Natureza e as questões mais relevantes a ele vinculadas
181 destacando os seguintes programas: 1) Programa de Desenvol
182 vimento Institucional do Setor Público Florestal; 2) Progra
183 ma de Desenvolvimento Florestal; 3) Programa de Conservação
184 da Natureza; 4) Programa de Pesquisa; 5) Programa de Defesa
185 dos Ecossistemas de Expressão Macro-Regional. Finalizando a
186 explanação o Presidente do IBDF salientou que as Unidades
187 de Conservação não são propriedades do IBDF, mas sim de to
188 do o povo brasileiro, sendo necessário um processo de maior
189 discussão das ações da própria entidade. Para isso está sen
190 do reativado o Conselho de Valorização dos Parques Nacio
191 nais e sendo proposto ao Presidente da República o Decreto

192 de criação do Conselho de Proteção a Fauna que está previs
193 to há 21 anos na Lei de Proteção a Fauna e jamais foi cria
194 do. A seguir, o Presidente do IBDF colocou-se a disposição
195 dos conselheiros para responder as questões sobre o assun
196 to. A seguir o Presidente passou ao ítem 4.2 da pauta que
197 trata da Proposta de Resolução estabelecendo critérios e pro
198 cedimentos básicos para a implantação do Cadastro Técnico
199 Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental,
200 apresentada pela Secretaria Executiva. O Plenário aprovou
201 por unanimidade a proposta com emendas no Artigo 2º que pas
202 sou a ter a seguinte redação: "A Secretaria Especial do
203 Meio Ambiente e os Órgãos Ambientais, no prazo de 90 dias,
204 a partir da publicação desta Resolução..." no Artigo 5º subs
205 tituir a expressão "entidades" por "pessoas físicas e jurí
206 dicas" e a inclusão de um parágrafo único no Artigo 7º, nos
207 seguintes termos: "O Cadastro Técnico Federal será aces
208 sível aos interessados". A seguir o Presidente passou ao
209 ítem 4.3 da pauta, sobre licenciamento de Obras de Saneamen
300 to Básico no Brasil elaborada pela Câmara Técnica de Sanea
301 mento Básico. A proposta foi retirada de pauta para ser re
302 examinada pela Câmara Técnica de Saneamento Básico, a pedido
303 do Conselheiro Representante do Governo do Paraná. O Conse
304 lheiro Representante da SOPREN solicitou que a Câmara Téc
305 nica incluísse a análise do que foi resolvido no CONAMA na
306 Resolução 001 de 23.09.86 que trata no inciso VI do Artigo
307 1º quanto as usinas de geração e linhas de transmissão e re
308 de de distribuição de energia elétrica. O Conselheiro repre
309 sentante do Governo do Distrito Federal, pediu a palavra e
310 revelou sua preocupação em relação as resoluções que estão
311 sendo votadas nesta Reunião, pois se não forem assinadas ou
312 levarem três meses para serem, como ocorreu com as resolu
313 ções aprovadas na reunião anterior, muitas delas serão preju
314 dicadas, e informou que não existe na legislação a figura do veto à Re
315 soluções. Propôs então, caso o Ministro não concorde com algum
316 ponto das Resoluções aprovadas pelo Plenário, que peça ao
317 Conselho o reestudo da matéria. Outra possibilidade de so
318 lução desse impasse seria a publicação das Atas com a ínte
319 gra das Resoluções, tirando do Ministro qualquer constran
320 gimento que tenha em assinar uma Resolução que não esteja
321 eventualmente de acordo. O Secretário-Executivo informou aos

322 Conselheiros que as Resoluções não foram publicadas por te
323 rem sido assinadas no dia anterior da Reunião, mas que as
324 cópias seriam distribuídas aos Conselheiros durante a Reu
325 nião e que o Ministro não assinou, apenas, a Resolução refe
326 rente a Audiências Públicas. O Representante do Estado do
327 Mato Grosso enfatizou o problema da assinatura das resolu
328 ções, solicitando a aprovação de um encaminhamento ao Minis
329 tro para ele justificar o porque da não assinatura da reso
330 lução sobre as Audiências Públicas. Nesse sentido o Plená
331 rio aprovou, por unanimidade, Moção ao Excelentíssimo Senhor
332 Ministro de Estado da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente
333 e Presidente do CONAMA no sentido de que refere a resolu
334 ção, aprovada na 15ª Reunião Ordinária, realizada em 03 de
335 dezembro de 1987, sobre as Audiências Públicas, aprovada pe
336 lo Plenário. Em seguida o Presidente passou ao item 4.4 da
337 pauta sobre concessão de benefícios fiscais às indústrias
338 elaborada pela Câmara Técnica de Poluição Industrial confor
339 me proposto pela SEMA com base em solicitação da Federação das Indus
340 trias do Estado do Paraná. O Representante da Confederação Na
341 cional da Indústria - CDI, solicitou pedido de vistas, que
342 foi concedido, com prazo fixado em 30 dias para que o Conselheiro en
343 viasse substitutivo. Logo após, o Presidente passou ao item 4.5 que diz
344 respeito ao Plano Diretor de Manejo Florestal da Região Metropolita
345 na de Curitiba, sendo aprovado por unanimidade como moção
346 de apoio a proposta. Dando continuidade o Presidente passou
347 ao item 4.6, onde se debateu a Proposta de Resolução sobre
348 as atividades que poderão ser permitidas nas Áreas de Rele
349 vante Interesse Ecológico - ARIE's, que foi aprovada por
350 unanimidade. A seguir o Presidente passou ao
351 item 4.7 que dispõe sobre a Proposta de Resolução sobre a
352 organização de Mutirões Ambientais enviada pelo Represen
353 tante do Governo do Distrito Federal, sendo aprovado o subs
354 titutivo, elaborado pela Câmara Técnica de Fauna e Flora
355 com as seguintes emendas: no Artigo 2º onde se lê "... por
356 órgãos competentes do poder público" leia-se "... por órgão
357 ambiental competente". O parágrafo 1º foi suprimido e os demais re
358 numerados. No parágrafo 2º onde se lê "...deverá..." leia-se "...pode
359 rá..." e a palavra "sempre" foi suprimida. No parágrafo 3º on
360 de se lê "...07 (sete)..." leia-se "...05 (cinco)..." No

361 parágrafo 4º foi suprimida a palavra "também" ficando o pará
362 grafo com a seguinte redação: "Sempre que possível a parti
363 pação do servidor público, com experiência em fiscalização,
364 de médico ou de pessoa com experiência no campo de assistên
365 cia social". O parágrafo 5º passou a ter a seguinte reda
366 ção: "Para o credenciamento, a autoridade ambiental compe
367 tente deverá instruir os participantes do Mutirão Ambien
368 tal, sobre os aspectos técnicos, legais e administrativos ,
369 fornecendo-lhes inclusive identificação". No parágrafo 1º
370 do artigo 3º a palavra "também" foi substituída por "quando
371 couber". No parágrafo 2º onde se lê "Se as autoridades lo
372 cais não agirem com base aos autos de constatação..." leia-se
373 "Se as autoridades locais não se pronunciarem sobre os au
374 tos de constatação...". O artigo 4º foi suprimido. O Presi
375 dente então, passou ao ítem 4.8, referente a Proposta de Re
376 solução sobre Resíduos Industriais Perigosos, elaborada pe
377 la Câmara Técnica de Poluição Industrial, com base em pro
378 posta apresentada pela Secretaria-Executiva e substitutivo
379 elaborado por um grupo de trabalho com esse objetivo. Fazen
380 do uso da palavra o Representante do Ministério da Indús
381 tria e Comércio - CDI, solicitou pedido de vistas, o qual
382 foi concedido com o prazo de 30 dias para devolução. A se
383 guir o Presidente apresentou as moções constantes da pau
384 ta, as quais foram aprovadas por unanimidade, com excessão
385 da moção dirigida ao Presidente da República, declarando co
386 mo Patrono Nacional da Ecologia o ilustre nome do Marechal
387 Rondon. A mesma foi retirada de pauta atendendo aos pedidos
388 dos Conselheiros. O Presidente passou então à votação das
389 moções apresentadas em Regime de Urgência. Moção de reconhe
390 cimento ao Conselheiro Cleverson Vitório Andreolli, por sua
391 atuação coerente e dinâmica em defesa da causa ambiental
392 Brasileira, que foi aprovada por unanimidade. Moção de
393 apoio à ação do Centro de Recursos Ambientais da Bahia e
394 da Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental
395 e Administração dos Recursos Hídricos, por exigirem o cumpri
396 mento da RESOLUÇÃO/CONAMA/Nº006/87 e moção de solicitação à
397 Secretaria Executiva no sentido de que encaminhe ao Minis
398 tério das Minas e Energia e CHESF a posição da SEMA enfatizando a
399 necessidade e urgência no licenciamento de operação da bar
400 ragem de Itaparica segundo a Legislação Ambiental, aprova

401 da por unanimidade. A Conselheira Fernanda Colagrossi, soli
402 citou para a próxima reunião apresentação da proposta de
403 seguros obrigatórios para atividades potencialmente polui
404 doras. O Conselheiro Carlos Henrique de Abreu Mendes, soli
405 citou que constasse em ata o seu apelo para que os Conse
406 lheiros independentemente da formalização de uma Reunião
407 Extraordinária do CONAMA, possam como Secretários de Esta
408 do, Representantes de Governo e Representantes de Classe, mo
409 bilizarem-se nos próximos 15 dias, para atuarem efetivamen
410 te junto aos Constituintes. O Presidente endossou as pala
411 bras do Conselheiro Representante do Rio de Janeiro, e pron
412 tificou um empenho da Secretaria Executiva para que ha
413 ja maior presença possível dos Conselheiros, dentro do pra
414 zo aproximado de quinze dias que antecedem a votação. O Con
415 selheiro José Luiz Riani Costa, solicitou ter a oportunida
416 de de fazer no início da próxima reunião, uma apresentação
417 sobre o tema Saúde do Trabalhador e sua relação com o meio
418 ambiente, que foi concedida pelo Presidente. Não havendo
419 mais Conselheiros inscritos o Presidente agradeceu a presen
420 ça de todos e declarou encerrada a reunião. Para constar
421 foi lavrada a presente síntese de Ata em Brasília, dezes
422 seis de março de 1988.